

Isabella Muniz Barbosa

É doutora em Arquitetura e Urbanismo

Na maioria das vezes, os grandes projetos pouco representam para a economia da área em que se inserem, mas aumentam os lucros dos investidores

Planejando o território

O território – e tudo aquilo que ele articula e gera econômica, social, ambiental e politicamente – é uma das premissas essenciais para a construção de estratégia social inclusiva e integradora de desenvolvimento. Na atualidade, estamos diante de um movimento em que os vetores que impulsionam os espaços territoriais são de natureza multidirecional e, em grande medida, estão relacionados a usos divergentes, competitivos e conflitantes dos lugares e das suas potencialidades intrínsecas (recursos naturais, posição na rede de fluxos, infraestruturas) nas diferentes escalas: intrametropolitanas, intermunicipais, interestaduais e inter-regionais.

Há uma dificuldade em visualizar tanto os desafios quanto os atores. Observa-se que a escolha de um lugar para receber os objetos técnicos tem sido cada vez mais pautada não somente pelas condições locais oferecidas, mas preferencialmente pelos circuitos internacionais de produção que se estruturam num âmbito maior, global, para depois incidirem na escala do lugar.

A falta de informações básicas sistematizadas e parâmetros seguros para a regulação e capacidade de suporte das

infraestruturas, assim como a ausência de Planos de Manejo e de conselhos gestores das Unidades de Conservação (UC's), não favorece a tomada de decisões quanto à locação de empreendimentos e na formulação de uma gestão socioambiental eficaz.

Na maioria das vezes, os grandes projetos pouco representam para a economia da área em que se inserem, mas contribuem para aumentar exponencialmente lucros dos investidores externos. As estatísticas e os dados falam, muitas vezes, da aceleração do crescimento de uma dada região, na tentativa de mostrar que as chamadas desigualdades regionais estão se atenuando. O problema, todavia, não é o de medir quantidades e números em PIB, mas de verificar o que significam e revertem para o lugar em todas suas dimensões.

A fragilidade institucional e a falta de equidade socioeconômica podem ser consideradas riscos, pois obstruem o desenvolvimento de forma ampla e impedem a coesão social.

Valorizar grandes questões e desafios, que iluminam e justificam projetos de longo prazo, não é incompatível com a valorização de pequenas (ou cotidianas) questões e pequenos desafios, os quais dão sentido agora e atualizam criticamente o navegar de longo curso, desde que as duas coisas sejam sempre bem articuladas. Essa clareza tem de advir de um debate democrático e de natureza essencialmente política e não restrita às questões técnicas.